



Concurso Público

002. PROVA OBJETIVA

Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

Ficção universitária

Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem elementos para que tentemos desfazer o mito, que consta da Constituição, de que pesquisa e ensino são indissociáveis.

É claro que universidades que fazem pesquisa tendem a reunir a nata dos especialistas, produzir mais inovação e atrair os alunos mais qualificados, tornando-se assim instituições que se destacam também no ensino. O Ranking Universitário mostra essa correlação de forma cristalina: das 20 universidades mais bem avaliadas em termos de ensino, 15 lideram no quesito pesquisa (e as demais estão relativamente bem posicionadas). Das 20 que saem à frente em inovação, 15 encabeçam também a pesquisa.

Dáí não decorre que só quem pesquisa, atividade estupidamente cara, seja capaz de ensinar. O gasto médio anual por aluno numa das três universidades estaduais paulistas, aí embutidas todas as despesas que contribuem direta e indiretamente para a boa pesquisa, incluindo inativos e aportes de Fapesp, CNPq e Capes, é de R\$ 46 mil (dados de 2008). Ora, um aluno do ProUni custa ao governo algo em torno de R\$ 1.000 por ano em renúncias fiscais.

Não é preciso ser um gênio da aritmética para perceber que o país não dispõe de recursos para colocar os quase sete milhões de universitários em instituições com o padrão de investimento das estaduais paulistas.

E o Brasil precisa aumentar rapidamente sua população universitária. Nossa taxa bruta de escolarização no nível superior beira os 30%, contra 59% do Chile e 63% do Uruguai. Isso para não mencionar países desenvolvidos como EUA (89%) e Finlândia (92%).

Em vez de insistir na ficção constitucional de que todas as universidades do país precisam dedicar-se à pesquisa, faria mais sentido aceitar o mundo como ele é e distinguir entre instituições de elite voltadas para a produção de conhecimento e as que se destinam a difundi-lo. O Brasil tem necessidade de ambas.

(Hélio Schwartzman. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>, 10.09.2013. Adaptado)

01. Segundo a opinião do autor do texto,

- (A) as universidades que fazem pesquisa perderam a capacidade de produzir inovação, e deixaram de atrair os alunos mais qualificados.
- (B) os novos rumos do ensino demonstram a necessidade de se desfazer o mito de que pesquisa e ensino podem ser separados um do outro.
- (C) o Brasil precisa deixar de investir na formação de pesquisadores, pois os custos para manter a excelência dos cursos são muito elevados.
- (D) no Brasil, instituições voltadas para a produção de conhecimento devem ser distinguidas das destinadas a difundi-lo, e ambas são necessárias.
- (E) apesar do alto custo, apenas as universidades em que os alunos são também pesquisadores formam profissionais qualificados para ensinar.

02. Assinale a alternativa em que a expressão destacada é empregada em sentido figurado.

- (A) ... universidades que fazem pesquisa tendem a reunir a **nata** dos especialistas...
- (B) **Os dados** do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013...
- (C) Não é preciso ser um gênio da aritmética para perceber que o país não **dispõe** de recursos...
- (D) ... das 20 universidades mais bem **avaliadas** em termos de ensino...
- (E) ... todas **as despesas** que contribuem direta e indiretamente para a boa pesquisa...

03. Considere o seguinte trecho do texto.

Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem **elementos** para que tentemos desfazer **o mito**...

Assinale a alternativa em que os pronomes que substituem as expressões em destaque estão corretamente empregados, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**lhes** para que tentemos desfazer-**lhe**...
- (B) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**lhes** para que tentemos desfazê-**lo**...
- (C) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**nos** para que tentemos desfazê-**lo**...
- (D) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**nos** para que tentemos desfazer-**lhe**...
- (E) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**os** para que tentemos desfazer-**no**...

04. Leia os seguintes trechos do primeiro e do último parágrafos do texto.

- Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem elementos para que tentemos desfazer o **mito**, que consta da Constituição, de que pesquisa e ensino são indissociáveis.
- Em vez de insistir na **ficção** constitucional de que todas as universidades do país precisam dedicar-se à pesquisa, faria mais sentido aceitar o mundo como ele é...

Os termos **mito** e **ficção**, em destaque nos trechos, foram utilizados pelo autor para enfatizar sua opinião, conforme argumentos apresentados no texto, de que o princípio constitucional que determina que todas as universidades brasileiras devem se dedicar à pesquisa

- (A) atende plenamente a realidade das necessidades do Brasil.
- (B) é razoável, no tocante à realidade das necessidades do Brasil.
- (C) é pertinente, tendo em vista a realidade das necessidades do Brasil.
- (D) não desconsidera a realidade das necessidades do Brasil.
- (E) não reflete a realidade das necessidades do Brasil.

05. Leia o texto.

Mesmo estando apta _____ desenvolver atividades na área de ensino, a maioria dos profissionais que conclui o ensino superior sente-se impelida _____ buscar outras áreas _____ que possa trabalhar, geralmente atraída _____ salários mais expressivos e melhores condições de trabalho.

Considerando-se as regras de regência, verbal e nominal, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) a ... de ... de ... por
- (B) a ... a ... em ... por
- (C) em ... por ... a ... de
- (D) a ... com ... por ... com
- (E) por ... a ... em ... com

06. Leia o texto para responder à questão.

Os amigos haviam nos alertado: “A gravidez dura nove meses mais um século” – só esqueceram de nos avisar que esse século demorava tanto. A espera é angustiante, mas compreensível: produzir um ser humano inteirinho, do zero, com braços, pernas, neurônios, vesícula, cílios, um coração e, muito em breve, infinitas opiniões sobre o mundo, é um troço tão complexo que não seria despropositado se toda a existência do universo fosse consumida na formação de um único bebê.

(Antonio Prata. *Sobe o pano*. Disponível em: folha.uol.com.br. 07.07.2013. Adaptado)

Ao se substituir o termo em destaque na frase – A espera é angustiante, **mas** compreensível... –, sua reescrita estará correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, e conservando o sentido inalterado, em:

- (A) A espera é angustiante, **entretanto** compreensível...
- (B) A espera é angustiante, **logo** compreensível...
- (C) A espera é angustiante, **por isso** compreensível...
- (D) A espera é angustiante, **desde que** compreensível...
- (E) A espera é angustiante, **por conseguinte** compreensível...

07. Assinale a alternativa correta quanto ao uso da vírgula, considerando-se a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Os amigos, apesar de terem esquecido de nos avisar, que demoraria tanto, informaram-nos de que a gravidez, era algo demorado.
- (B) Os amigos, apesar de terem esquecido de nos avisar que demoraria tanto, informaram-nos de que a gravidez era algo demorado.
- (C) Os amigos, apesar de terem esquecido, de nos avisar que demoraria tanto, informaram-nos de que a gravidez era algo demorado.
- (D) Os amigos apesar de terem esquecido de nos avisar que, demoraria tanto, informaram-nos, de que a gravidez era algo demorado.
- (E) Os amigos, apesar de, terem esquecido de nos avisar que demoraria tanto, informaram-nos de que a gravidez, era algo demorado.

Leia a tira para responder às questões de números 08 a 10.

Calvin e Haroldo



Bill Watterson

(<http://blogdoxandro.blogspot.com.br>. Acesso em 20.05.2014. Adaptado)

08. Considerando-se o sentido do termo **egocêntricas**, em destaque no primeiro quadrinho, é correto concluir, a partir da leitura da tira, que a indignação demonstrada pelo garoto

- (A) justifica-se, já que, ao defender que as pessoas deveriam pensar mais nele, dá um exemplo de postura que se opõe à das pessoas egocêntricas.
- (B) justifica-se, pois de fato ele acerta ao caracterizar como egocêntricas as pessoas que se esquecem de si próprias para pensar essencialmente nos outros.
- (C) não se justifica, pois ele erra generalizando as pessoas como egocêntricas, enquanto ele próprio, ao pretender que pensem mais nele, adota uma postura diferente.
- (D) não se justifica, pois, ao defender que as pessoas deveriam ser mais centradas nele, ele adota precisamente a postura egocêntrica que critica.
- (E) não se justifica, pois é equivocado qualificar as pessoas como egocêntricas apenas pelo fato de elas pensarem essencialmente em si próprias.

09. Considere as frases do texto.

- As pessoas são **tão** egocêntricas.
- O mundo seria **bem** melhor se elas parassem de pensar nelas mesmas...

É correto afirmar que os advérbios destacados nas frases expressam circunstância de

- (A) dúvida.
- (B) negação.
- (C) intensidade.
- (D) modo.
- (E) afirmação.

10. No trecho – O mundo seria bem melhor se elas **parassem** de pensar nelas mesmas ... –, a forma verbal destacada indica um fato incerto, em que há apenas a possibilidade de que se realize, como ocorre com a expressão verbal destacada em:

- (A) Não é preciso ser um gênio da aritmética para **perceber** que o país não dispõe de recursos...
- (B) Daí não decorre que só quem pesquisa, atividade estupidamente cara, **seja** capaz de ensinar.
- (C) ... **tornando-se** assim instituições que se destacam também no ensino.
- (D) O Ranking Universitário **mostra** essa correlação de forma cristalina...
- (E) É claro que universidades que **fazem** pesquisa tendem a reunir a nata dos especialistas...

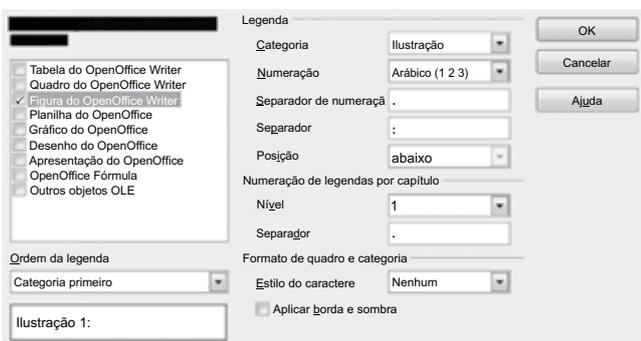
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Assinale a alternativa que descreve a função da Área de Transferência do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.
- (A) Abrir um terminal que permite ao usuário escrever e executar comandos do computador.
 - (B) Fornecer ferramentas para configurar as opções de Rede do Windows e outros aplicativos.
 - (C) Fornecer informações detalhadas em tempo real sobre os recursos do computador.
 - (D) Permitir criar uma lista de tarefas, anotar um número de telefone ou outras atividades de anotação.
 - (E) Ser um local de armazenamento temporário de informações copiadas, que o usuário pode usar em algum outro lugar.
12. Observe os ícones a seguir, extraídos da Área de Trabalho do MS-Windows 7. Os ícones foram marcados de 1 a 5.



Assinale a alternativa que contém o número do ícone do Painel de Controle, que fornece um conjunto de ferramentas que podem ser usadas para configurar o Windows.

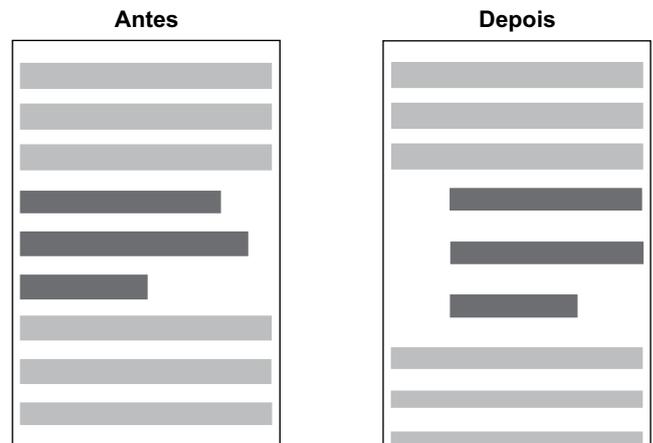
- (A) 5.
 - (B) 1.
 - (C) 2.
 - (D) 4.
 - (E) 3.
13. A figura a seguir foi extraída do Apache OpenOffice Writer 4.0.1 em sua configuração padrão. Ela apresenta as opções do botão Autolegenda..., da caixa de diálogo que pode ser acessada a partir do item Legenda... do menu de contexto de uma figura.



Assinale a alternativa que contém o texto mascarado na figura, que descreve o objetivo da caixa de diálogo apresentada.

- (A) Addicionar legendas automaticamente ao inserir:
- (B) Ordenar os seguintes objetos por sua legenda:
- (C) Criar uma nova legenda para o objeto:
- (D) Editar legendas automaticamente ao inserir:
- (E) Inserir um novo objeto:

14. Observe as figuras a seguir, extraídas da aba Recuos e Espaçamentos da caixa de diálogo Parágrafo, que pode ser acessada a partir do menu Formatar do Apache OpenOffice Writer 4.0.1, em sua configuração padrão. As figuras apresentam dois momentos (antes e depois) do recurso gráfico que permite visualizar as configurações aplicadas na aba.



Assinale a alternativa que contém os nomes das opções de configuração aplicadas entre os dois momentos da figura.

- (A) Recuo Antes do texto de 5,00 cm e Recuo Primera linha de 5,00 cm.
- (B) Recuo Depto do texto de 5,00 cm e Recuo Primera linha de 5,00 cm.
- (C) Recuo Primera linha de 5,00 cm e Espaçamento de linhas de 1,5 linhas.
- (D) Espaçamento de linhas de 1,5 linhas e Recuo Antes do texto de 5,00 cm.
- (E) Espaçamento de linhas de 1,5 linhas e Recuo Depto do texto de 5,00 cm.

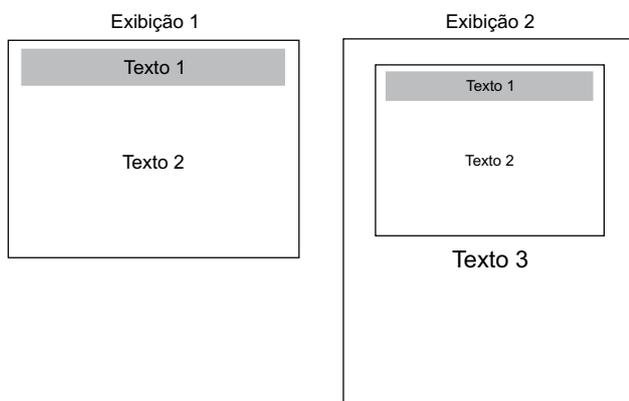
15. Considere a tabela e a caixa de diálogo apresentadas a seguir, extraídas do Apache OpenOffice Calc 4.0.1 em sua configuração padrão.

	A	B	C	D
1	Nome	Cargo	Cidade	Idade
2	Joana	Delegado	Fortaleza	23
3	Clara	Escrivão	Caucaia	43
4	Augusto	Escrivão	Fortaleza	33
5	Pedro	Escrivão	Caucaia	21
6	Daniel	Delegado	Caucaia	34

Assinale a alternativa que contém o nome que aparecerá na célula A6, após os critérios de classificação da caixa de diálogo Classificar serem aplicados na tabela apresentada, compreendida no intervalo de células A1:D6.

- (A) Pedro.
- (B) Clara.
- (C) Augusto.
- (D) Joana.
- (E) Daniel.

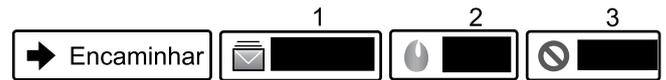
16. Observe as figuras a seguir, que apresentam o mesmo slide em duas exibições distintas da área de trabalho do Apache OpenOffice Impress 4.0.1, em sua configuração padrão.



Considerando que a Exibição 1 do slide é a Normal, assinale a alternativa que contém o nome da Exibição 2.

- (A) Estrutura de tópicos.
- (B) Folheto.
- (C) Rascunhos.
- (D) Classificador de slides.
- (E) Notas.

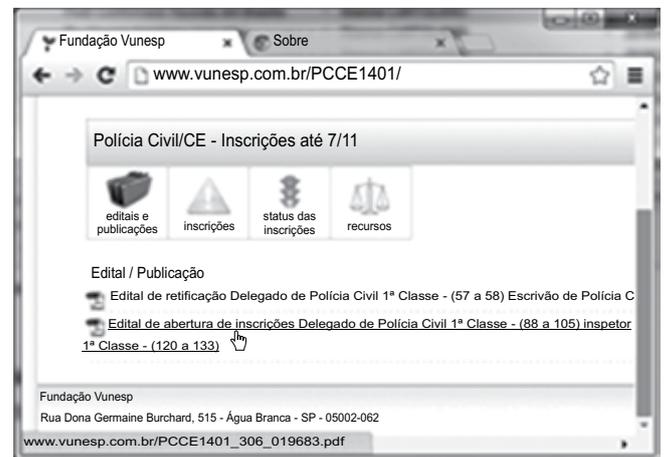
17. A imagem a seguir foi extraída do Thunderbird 24.4.0 em sua configuração padrão. Ela apresenta os botões de ação do formulário de edição de uma mensagem. Parte dos nomes dos botões foi mascarada e marcada de 1 a 3.



Assinale a alternativa que contém o nome correto dos botões, na ordem de 1 a 3.

- (A) Spam, Excluir e Lixeira.
- (B) Arquivar, Excluir e Spam.
- (C) Arquivar, Spam e Excluir.
- (D) Rascunho, Spam e Lixeira.
- (E) Lixeira, Spam e Excluir.

18. A imagem a seguir, extraída do Google Chrome 37.0, em sua configuração padrão, apresenta o site da Fundação Vunesp com o cursor do mouse posicionado sobre um link, sem clicar.



Assinale a alternativa que descreve o que acontecerá quando o usuário clicar no referido link. Considere que o usuário tem permissão e todos os aplicativos necessários para executar a ação.

- (A) Um arquivo será aberto ou baixado pelo navegador.
- (B) A mesma página será aberta em uma nova janela.
- (C) A página será salva na barra de favoritos.
- (D) Um formulário para inclusão de dados pessoais será aberto em uma nova guia.
- (E) A página inicial da Vunesp será aberta em nova guia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

19. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República, é correto afirmar que
- (A) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
 - (B) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.
 - (C) é reconhecida a instituição do júri, com a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.
 - (D) a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: de trabalhos forçados e suspensão ou interdição de direitos.
 - (E) a lei penal não retroagirá, salvo para punição do réu que tiver cometido crime hediondo.
20. Assinale a alternativa que contempla hipótese de exceção à regra de que a Constituição Federal não admite a prisão civil por dívidas.
- (A) Responsável civil por obrigação derivada de acidente automobilístico.
 - (B) Descumprimento de obrigação pecuniária de contrato de financiamento bancário.
 - (C) Inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
 - (D) Devedor de obrigação monetária por dívida de jogo.
 - (E) Inadimplemento de dívida de fiador de contrato de locação.
21. Considerando as disposições constitucionais a respeito da nacionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) Aos estrangeiros com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro.
 - (B) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 - (C) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
 - (D) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal.
 - (E) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigido aos originários de países de língua portuguesa apenas idoneidade moral.
22. Sobre os direitos políticos constitucionais, é correto afirmar que
- (A) para concorrerem a outros cargos, os Prefeitos, Deputados e Vereadores devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
 - (B) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da posse.
 - (C) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos e os maiores de sessenta anos.
 - (D) não podem se alistar como eleitores os estrangeiros, e são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
 - (E) é vedada a pena que imponha a perda ou suspensão de direitos políticos.
23. A respeito da contratação de pessoal no serviço público, por tempo determinado, a Constituição Federal dispõe que
- (A) a lei estabelecerá os casos para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
 - (B) é limitada aos cargos de direção, chefia e assessoramento.
 - (C) é expressamente vedada.
 - (D) é limitada ao preenchimento de cargos de confiança do Poder Executivo.
 - (E) a lei regulará as situações passíveis de serem atendidas limitadas às funções e aos cargos de confiança.
24. Na forma do que prevê expressamente a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão, entre outras sanções, a
- (A) cassação dos direitos políticos.
 - (B) pagamento de cestas básicas.
 - (C) detenção.
 - (D) prestação de serviços à comunidade.
 - (E) indisponibilidade de bens.
25. A Carta Magna veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos titulares de cargo efetivo dos entes políticos, exceto para os
- (A) integrantes de minoria étnica.
 - (B) portadores de deficiência.
 - (C) que exerçam o magistério como professor no ensino superior.
 - (D) nomeados para cargos de livre nomeação e exoneração.
 - (E) que exerçam atividades de atendimento ao público.

26. A respeito das normas constitucionais que tratam da responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que este

- (A) ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) será submetido a julgamento perante o Senado Federal nos crimes comuns.
- (C) terá sua acusação por crime de responsabilidade admitida pelo Senado Federal.
- (D) não pode ser responsabilizado, na vigência de seu mandato, por atos pertinentes ao exercício de suas funções como Chefe do Poder Executivo.
- (E) será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.

27. Os juízes gozam, entre outras, da seguinte garantia constitucional:

- (A) estabilidade.
- (B) aposentadoria especial.
- (C) inamovibilidade.
- (D) moralidade.
- (E) auxílio moradia.

28. Conforme o disposto na Constituição Federal, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas os

- (A) Juízes estaduais.
- (B) Procuradores do Estado.
- (C) Promotores de Justiça.
- (D) Procuradores da República.
- (E) Defensores Públicos.

29. Sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência, a Carta Magna estabelece que prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, é uma competência da

- (A) Polícia Rodoviária Federal.
- (B) Polícia Civil.
- (C) Polícia Militar.
- (D) Guarda Municipal.
- (E) Polícia Federal.

30. Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal a respeito da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

- (A) São civil e penalmente inimputáveis os menores de vinte e um anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- (B) O casamento é civil e gratuita a celebração, mas o casamento religioso não terá efeito civil.
- (C) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Poder Executivo em todos os atos do processo.
- (D) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
- (E) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de brasileiros natos e naturalizados, vedada a adoção por estrangeiros.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31. O Escrivão de Polícia, como administrador público, deve orientar a sua conduta não somente pelos critérios da oportunidade e conveniência mas, também, verificando preceitos éticos, distinguindo o que é honesto do que é desonesto.

Tal afirmação está amparada no princípio da

- (A) Autotutela.
- (B) Moralidade.
- (C) Impessoalidade.
- (D) Economia.
- (E) Publicidade.

32. Nos termos do seu Estatuto, a Polícia Civil do Estado do Ceará tem, com exclusividade, a seguinte atribuição básica:

- (A) A identificação civil e criminal.
- (B) O cumprimento de mandados de prisão.
- (C) O exercício das funções de polícia judiciária estadual e da apuração das infrações penais e de sua autoria.
- (D) Administração do policiamento ostensivo, coordenando a atuação da Polícia Militar no atendimento de ocorrência.
- (E) Colaborar com a Justiça Criminal, fornecendo as informações necessárias à instrução e ao julgamento dos processos criminais.

- 33.** Considere que a viatura “X” da Polícia Civil do Estado do Ceará, durante o serviço policial, conduzida pelo Policial Civil “Y”, ao ultrapassar um semáforo vermelho, estando com a sirene ligada, colidiu contra o veículo particular do cidadão “K”.
- Com relação à responsabilidade civil, é correto afirmar que o cidadão “K”, ao ajuizar a ação em relação ao Estado, para ser indenizado pelos danos que a viatura provocou em seu veículo, deverá provar que
- (A) houve o dano resultante da atuação administrativa do Policial Civil “Y”, independentemente de culpa, em razão da responsabilidade objetiva do Estado.
 - (B) o Policial Civil “Y” ultrapassou o semáforo vermelho, em razão da responsabilidade subjetiva do Estado.
 - (C) houve culpa do Policial Civil “Y”, em razão da responsabilidade subjetiva do Estado.
 - (D) houve dolo do Policial Civil “Y”, em razão da responsabilidade objetiva do Estado.
 - (E) houve culpa do Policial Civil “Y”, em razão da responsabilidade objetiva do Estado.
- 34.** Nos termos do Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará, o ato que defere a Licença Gestante à Policial Civil, a partir do oitavo mês de gestação, é um ato administrativo
- (A) vinculado, pois aquele que defere a licença deverá apreciar a situação conforme a conveniência e oportunidade da Administração.
 - (B) discricionário, pois a lei permite que o agente conceda período menor que 120 (cento e vinte) dias de licença.
 - (C) discricionário, pois aquele que defere a licença poderá apreciar a situação conforme a conveniência e oportunidade da Administração.
 - (D) discricionário, pois a lei disciplina a necessidade de inspeção médica, que verificará a oportunidade e conveniência de autorizar a licença.
 - (E) vinculado, pois a legislação determina o único comportamento possível do agente.
- 35.** A Administração Pública Indireta corresponde às pessoas jurídicas constituídas para o desempenho especializado de um serviço público. São vinculadas à Administração Pública Direta, mas gozam de autonomia de gestão.
- Podem ser citados, entre outros, os seguintes exemplos:
- (A) as Empresas Públicas e os Estados-membros.
 - (B) as Autarquias e os Ministérios.
 - (C) os Estados-membros e as Fundações Públicas.
 - (D) as Autarquias e os Consórcios Públicos.
 - (E) os Estados-membros e as Autarquias.
- 36.** O Policial Civil que recebe vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, cometerá um
- (A) ato de improbidade administrativa e estará sujeito à perda da função pública, nos termos da Lei que regula as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento.
 - (B) crime, porém não estará sujeito ao sancionamento da Lei que regula as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento.
 - (C) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração, previsto na Lei que regula as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento.
 - (D) simples ato de imoralidade administrativa, porém não estará sujeito ao sancionamento da Lei que regula as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento.
 - (E) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, previsto na Lei que regula as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento.
- 37.** O Delegado Geral da Polícia Civil, ao organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal, estará exercendo o seu
- (A) poder de polícia.
 - (B) poder disciplinar.
 - (C) poder hierárquico.
 - (D) poder normativo.
 - (E) poder regulamentar.
- 38.** Nos termos do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Ceará, no que concerne à estabilidade e vitaliciedade, é correto afirmar que
- (A) o cargo de Escrivão de Polícia é vitalício.
 - (B) o funcionário nomeado, em virtude de concurso público, adquire estabilidade depois de decorrido um ano de efetivo exercício.
 - (C) a estabilidade funcional é compatível com o cargo em comissão.
 - (D) o funcionário perderá o cargo vitalício somente em virtude de sentença judicial.
 - (E) a estabilidade é o direito que adquire o funcionário efetivo de não ser exonerado ou demitido, senão somente em virtude de sentença judicial.

39. Com relação à teoria dos motivos determinantes, é correto afirmar que
- (A) na formulação dos atos administrativos compostos, dependerá sempre da bilateralidade de vontades.
 - (B) mesmo que um ato administrativo seja discricionário, não exigindo, portanto, expressa motivação, esta, se existir, passa a vincular o agente.
 - (C) a aplicação mais importante dessa teoria incide sobre os atos administrativos vinculados.
 - (D) baseia-se no princípio de que o motivo do ato administrativo não deve guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação de vontade.
 - (E) apenas orienta a formulação dos atos administrativos complexos.
40. Sendo aplicada pelo Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Ceará, a sanção de demissão a um Escrivão de Polícia, nos termos do Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará, pode-se afirmar que tal ato
- (A) deverá ser anulado, porém somente o Governador do Estado poderá decretar a anulação.
 - (B) poderá, por meio da autotutela, ser anulado administrativamente pelo próprio Delegado Geral da Polícia Civil.
 - (C) é legal, atendendo ao requisito da competência, portanto não deverá ser anulado, sendo necessária, apenas, a sua homologação pelo Secretário de Segurança Pública e Defesa Social.
 - (D) deixou de observar o requisito da competência, porém esta não pode ser entendida como um elemento do ato administrativo, que será convalidado pelo tempo.
 - (E) é passível de revogação, por deixar de atender a oportunidade e conveniência.
41. Quando um Escrivão de Polícia, acompanhando o Delegado de Polícia e outros policiais civis, durante uma Operação realizada nas proximidades de uma comunidade, verifica atitudes suspeitas de pessoas no interior de um veículo (uso de entorpecentes) e determina a sua abordagem, restringindo, assim, o uso e o gozo de liberdades individuais, estará
- (A) praticando um ato legal, em razão do poder punitivo de Estado.
 - (B) praticando um ato ilegal, em razão do desvio de poder.
 - (C) praticando um ato legal, alicerçado no poder disciplinar.
 - (D) praticando um ato ilegal, em razão do abuso de autoridade.
 - (E) praticando um ato legal, alicerçado no poder de polícia.
42. Com relação ao controle administrativo, é correto afirmar que
- (A) por controle judicial entende-se o controle interno que o Poder Judiciário realiza com seus próprios atos, não podendo incidir sobre as atividades administrativas do Estado.
 - (B) o controle, em razão da legalidade dos atos administrativos, é exercido tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário.
 - (C) o Tribunal de Contas é o órgão do Poder Judiciário encarregado do controle financeiro da Administração Pública.
 - (D) não poderá o Poder Legislativo fiscalizar as atividades da Administração Pública.
 - (E) somente o Ministério Público poderá fiscalizar os atos dos administradores públicos.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

43. O indivíduo **B** provocou aborto com o consentimento da gestante, em 01 de fevereiro de 2010, e foi condenado, em 20 de fevereiro de 2013, pela prática de tal crime à pena de oito anos de reclusão. A condenação já transitou em julgado. Na hipótese do crime de aborto, com o consentimento da gestante, deixar de ser considerado crime por força de uma lei que passe a vigorar a partir de 02 de fevereiro de 2015, assinale a alternativa correta no tocante à consequência dessa nova lei à condenação imposta ao indivíduo **B**.
- (A) A nova lei será aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo **B**, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
 - (B) A nova lei só irá gerar algum efeito sobre a condenação do indivíduo **B** se prever expressamente que se aplica a fatos anteriores.
 - (C) A nova lei só seria aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo **B** se a sua entrada em vigência ocorresse antes de 01 de fevereiro de 2015.
 - (D) Não haverá consequência à condenação imposta ao indivíduo **B** visto que já houve o trânsito em julgado da condenação.
 - (E) A nova lei será aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo **B**, contudo só fará cessar a execução persistindo os efeitos penais da sentença condenatória, tendo em vista que esta já havia transitado em julgado.

44. Na data de 03 de outubro de 2014, na cidade de Aquiraz – CE, o indivíduo **B** efetuou dois disparos de arma de fogo contra a pessoa **C**, que foi socorrida no Hospital mais próximo. A pessoa **C** foi posteriormente transferida para um Hospital na cidade de Fortaleza – CE, local em que faleceu na data de 09 de outubro de 2014, em decorrência dos disparos de arma de fogo efetuados pelo indivíduo **B** na cidade de Aquiraz – CE. Assinale a alternativa correta em relação ao lugar e tempo do crime praticado pelo indivíduo **B**, segundo o previsto no Código Penal.
- (A) Considera-se o lugar do crime tanto aquele em que ocorreram os disparos de arma de fogo na cidade de Aquiraz – CE quanto o local em que a pessoa **C** faleceu na cidade de Fortaleza – CE; e o tempo do crime, tanto o dia 03 quanto o dia 09 de outubro de 2014.
 - (B) Considera-se o lugar do crime aquele em que a pessoa **C** faleceu na cidade de Fortaleza – CE; e o tempo do crime o dia 09 de outubro de 2014.
 - (C) Considera-se o lugar do crime tanto aquele em que ocorreram os disparos de arma de fogo na cidade de Aquiraz – CE quanto o local em que a pessoa **C** faleceu na cidade de Fortaleza – CE; e o tempo do crime, o dia 09 de outubro de 2014.
 - (D) Considera-se o lugar do crime aquele em que ocorreram os disparos de arma de fogo na cidade de Aquiraz – CE; e o tempo do crime, o dia 09 de outubro de 2014.
 - (E) Considera-se o lugar do crime tanto aquele em que ocorreram os disparos de arma de fogo na cidade de Aquiraz – CE quanto o local em que a pessoa **C** faleceu na cidade de Fortaleza – CE; e o tempo do crime, o dia 03 de outubro de 2014.
45. No que diz respeito à contagem de prazo no Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Inicia-se o cômputo do prazo dois dias após o dia do começo.
 - (B) O dia do começo exclui-se no cômputo do prazo nas hipóteses de crime contra a vida.
 - (C) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.
 - (D) O dia do começo exclui-se no cômputo do prazo.
 - (E) O dia do começo é irrelevante no cômputo do prazo.
46. Com relação à consumação e tentativa do crime, nos termos previstos no Código Penal, é correto afirmar que
- (A) diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem a maioria dos elementos de sua definição legal.
 - (B) diz-se o crime tentado quando não se exaure por circunstâncias alheias à vontade do agente.
 - (C) diz-se o crime tentado quando, iniciada a cogitação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
 - (D) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
 - (E) diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem dois terços dos elementos de sua definição legal.
47. O indivíduo **B**, com a finalidade de comemorar a vitória de seu time de futebol, passou a disparar “fogos de artifício” de sua residência, que se situa ao lado de um edifício residencial. Ao ser alertado por um de seus amigos sobre o risco de que as explosões poderiam atingir as residências do edifício e que havia algumas janelas abertas, **B** respondeu que não havia problema porque naquele prédio só moravam torcedores do time rival. Um dos dispositivos disparados explodiu dentro de uma das residências desse edifício e feriu uma criança de 5 anos de idade que ali se encontrava. Com relação à conduta do indivíduo **B**, é correto afirmar que
- (A) o indivíduo **B** poderá ser responsabilizado pelo crime de lesão corporal culposa, em virtude de ter agido com negligência.
 - (B) o indivíduo **B** poderá ser responsabilizado pelo crime de lesão corporal culposa, em virtude de ter agido com imperícia.
 - (C) o indivíduo **B** poderá ser responsabilizado pelo crime de lesão corporal dolosa.
 - (D) o indivíduo **B** poderá ser responsabilizado pelo crime de lesão corporal culposa, em virtude de ter agido com imprudência.
 - (E) o indivíduo **B** não poderá ser responsabilizado pelo crime de lesão corporal, tendo em vista que o pai da criança lesionada percebeu que as explosões estavam ocorrendo próximo às janelas e não as fechou.
48. Sobre o concurso material de crimes, o Código Penal estabelece que
- (A) quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
 - (B) quando o agente, mediante uma só omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
 - (C) quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até dois terços.
 - (D) quando o agente, mediante uma só ação, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
 - (E) quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

49. Segundo o previsto no Código Penal, incorrerá na excluente de ilicitude denominada estado de necessidade aquele que
- (A) atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.
 - (B) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
 - (C) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, era razoável exigir-se.
 - (D) tendo o dever legal de enfrentar o perigo, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável se exigir.
 - (E) pratica o fato usando moderadamente dos meios necessários, para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
50. No tocante às disposições previstas no Código Penal relativas à prescrição penal, causa de extinção da punibilidade, é correto afirmar que
- (A) no caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo total da pena.
 - (B) depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, a prescrição regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
 - (C) antes de transitar em julgado a sentença final, a prescrição começa a correr do oferecimento da denúncia.
 - (D) depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, a prescrição regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
 - (E) nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
51. No tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade e imputabilidade, é correto afirmar que
- (A) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
 - (B) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - (C) a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.
 - (D) a embriaguez voluntária pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.
 - (E) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
52. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos crimes contra a vida previstos no Código Penal.
- (A) No crime de homicídio, a prática deste mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe são circunstâncias que, apesar de não qualificar o crime, caracterizam-se como causas de aumento de pena.
 - (B) No crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, a prática da conduta criminosa por motivo egoístico é circunstância que qualifica o crime.
 - (C) Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante.
 - (D) O crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento equipara-se e possui a mesma pena que o aborto provocado por terceiro.
 - (E) No crime de homicídio simples, se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz deve conceder o perdão judicial.
53. No crime de furto, caracteriza-se como causa de aumento de pena, mas não qualificadora do crime
- (A) a prática do crime mediante concurso de duas ou mais pessoas.
 - (B) a prática do crime durante o repouso noturno.
 - (C) a prática do crime com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
 - (D) a prática do crime com emprego de chave falsa.
 - (E) a prática do crime com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

54. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos crimes contra a dignidade sexual.

- (A) Praticar, na presença de alguém menor de 18 (dezoito) anos, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem, tipifica o crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- (B) Constranger alguém, mediante fraude, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso, tipifica crime de estupro.
- (C) Induzir alguém menor de 18 (dezoito) anos a satisfazer a lascívia de outrem tipifica o crime de corrupção de menores.
- (D) Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 18 (dezoito) anos tipifica o crime de estupro de vulnerável.
- (E) Atrair à prostituição alguém menor de 18 (dezoito) anos tipifica o crime de favorecimento da prostituição, ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

55. Com relação aos crimes contra a Administração Pública, previstos no Código Penal, é correto afirmar que

- (A) aquele que exclui indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública, com o fim de obter vantagem indevida para outrem, pratica o crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações.
- (B) abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei, só tipificará o crime de abandono de função se resultar prejuízo público.
- (C) o funcionário que modifica ou altera sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente pratica o crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações.
- (D) opor-se à execução de ato legal, ainda que sem violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, tipifica o crime de resistência.
- (E) receber, solicitar ou exigir para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, tipifica o crime de concussão.

56. Assinale a alternativa que indica corretamente crimes que, de acordo com o texto constitucional, a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.

- (A) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.
- (B) A posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o racismo.
- (C) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- (D) A prática da tortura, a posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.
- (E) A prática da tortura, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

57. Com relação às previsões relativas ao Inquérito Policial no Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá, sem ela, ser iniciado, mas seu encerramento dependerá da juntada desta.
- (B) durante a instrução do Inquérito Policial, são vedados os requerimentos de diligências pelo ofendido, ou seu representante legal; e pelo indiciado, em virtude da sua natureza inquisitorial.
- (C) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito permanecerão em poder da autoridade policial até a formalização da iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, condição esta obrigatória para a remessa dos autos ao juízo competente.
- (D) todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, nesse caso, rubricadas pela autoridade.
- (E) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, sendo vedada a comunicação verbal.

58. Assinale a alternativa correta no que tange ao arquivamento do Inquérito Policial, segundo o disposto no Código de Processo Penal.
- (A) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial somente poderá proceder a novas pesquisas com autorização da autoridade judiciária que determinou o arquivamento.
 - (B) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
 - (C) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.
 - (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.
 - (E) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito somente nos casos em que for constatada atipicidade da conduta.
59. Com relação às disposições do Código de Processo Penal, acerca do exame de corpo de delito e perícias em geral, é correto afirmar que
- (A) não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
 - (B) a autópsia será feita até seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita depois daquele prazo, o que declararão no auto.
 - (C) na falta de perito oficial, o exame será realizado por 1 (uma) pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior.
 - (D) o exame de corpo de delito deverá ser feito durante o dia.
 - (E) os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos obrigatoriamente por dois peritos oficiais.
60. Com relação às disposições do Código de Processo Penal relativas ao ofendido e às testemunhas, é correto afirmar que
- (A) a redação do depoimento da testemunha deverá evitar a utilização de expressões de “baixo calão” usadas pelas testemunhas sem reproduzir fielmente as suas frases.
 - (B) durante o depoimento não é permitido que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
 - (C) os militares e os funcionários públicos deverão ser ouvidos no local em que exercem suas funções.
 - (D) as pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, não serão inquiridas.
 - (E) o ofendido será qualificado e fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, e sendo perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor e sobre as provas que possa indicar, tomar-se-ão por termo as suas declarações.
61. Assinale a alternativa correta com relação às disposições previstas no Código de Processo Penal, com relação ao reconhecimento de pessoas e coisas e a acareação.
- (A) Não será admitida acareação entre acusado e testemunha.
 - (B) Do ato de reconhecimento, lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por uma testemunha presencial.
 - (C) Após a realização do reconhecimento, a pessoa que o fez será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida.
 - (D) É inválida a acareação realizada sem a presença de alguma das testemunhas que divergiram, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
 - (E) O reconhecimento de objeto deverá ser realizado com as mesmas cautelas previstas para o reconhecimento de pessoas, desde que aplicáveis.

- 62.** Segundo o disposto no Código de Processo Penal, consideram-se indícios:
- (A) a circunstância conhecida mas ainda não provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
 - (B) o conjunto dos meios de prova de autoria e materialidade que autorize o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público.
 - (C) a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize o indiciamento do investigado.
 - (D) a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
 - (E) o conjunto dos elementos de prova de autoria e materialidade que autorize o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público.
- 63.** Com relação a buscas e apreensões, é correto afirmar que
- (A) a autoridade ou seus agentes poderão penetrar no território de jurisdição alheia, salvo se pertencente a outro Estado quando, para o fim de apreensão, forem no seguimento de pessoa ou coisa, devendo apresentar-se à competente autoridade local, antes da diligência ou após, conforme a urgência desta.
 - (B) se as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade das pessoas que, nas diligências de busca e apreensões, entrarem pelos seus distritos, ou da legalidade dos mandados que apresentarem, poderão exigir as provas dessa legitimidade, ainda que em prejuízo da diligência.
 - (C) a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.
 - (D) só será arrombada a porta e forçada a entrada na residência a que será realizada a busca na hipótese de encontrarem-se ausentes os moradores.
 - (E) sendo determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, é vedado cientificar o morador acerca dela, contudo não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, os motivos da diligência serão comunicados a quem tiver sofrido a busca, se o requerer.
- 64.** No tocante à prisão em flagrante delito, é correto afirmar que
- (A) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
 - (B) não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
 - (C) a falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos uma pessoa que haja testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
 - (D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e à Defensoria Pública.
 - (E) apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e as testemunhas que o acompanharam e interrogará o acusado sobre a imputação que lhe é feita, lavrando-se auto que será por todos assinado.
- 65.** De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver
- (A) indícios da existência do crime e prova suficiente de autoria.
 - (B) prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
 - (C) indícios da existência do crime e indício suficiente de autoria.
 - (D) indício suficiente de autoria, apenas.
 - (E) prova da existência do crime, apenas.
- 66.** A Lei nº 7.960/89 estabelece, em seu art. 1º, inciso III, o rol de crimes para os quais é cabível a decretação da prisão temporária quando imprescindível para as investigações do inquérito policial. Esse rol inclui
- (A) o crime de assédio sexual.
 - (B) o crime de receptação qualificada.
 - (C) o crime de estelionato.
 - (D) o crime de furto qualificado.
 - (E) os crimes contra o sistema financeiro.

67. Segundo o disposto na Lei nº 9.296/96 (Interceptação Telefônica), a gravação dos áudios decorrente da interceptação telefônica que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial

- (A) somente durante a execução da pena imposta na condenação ou após o trânsito em julgado da decisão que absolveu o acusado.
- (B) após a instrução processual independentemente de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- (C) durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- (D) somente após a instrução processual, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- (E) somente durante a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

68. No que diz respeito às disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, é correto afirmar que

- (A) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- (B) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- (C) não será admitida ação privada nos crimes de ação penal pública.
- (D) ninguém será considerado culpado até a publicação de sentença penal condenatória.
- (E) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, salvo as hipóteses em que a identificação colocar em risco a atividade policial.

69. É cominada pena de detenção aos seguintes crimes da Lei nº 10.826/03:

- (A) posse de arma de fogo de uso permitido e posse de arma de fogo de uso restrito.
- (B) disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- (C) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- (D) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e omissão de cautela.
- (E) disparo de arma de fogo e omissão de cautela.

70. O condenado por crime hediondo, de acordo com o texto legal (Lei nº 8.072/90),

- (A) pode, a critério do juiz, apelar em liberdade e, se primário, alcança o lapso temporal necessário à progressão do regime prisional cumpridos 2/5 da pena.
- (B) pode, a critério do juiz, apelar em liberdade e, se primário, alcança o lapso temporal necessário à progressão do regime prisional cumprido 1/6 da pena.
- (C) não pode apelar em liberdade e não tem direito à progressão de regime.
- (D) não pode apelar em liberdade e, se reincidente, alcança o lapso temporal necessário à progressão do regime prisional cumpridos 3/5 da pena.
- (E) pode, a critério do juiz, apelar em liberdade e, se reincidente, alcança o lapso temporal necessário à progressão do regime prisional cumpridos 2/3 da pena.

71. De acordo com a Lei nº 7.716/89, é típica a conduta de fabricar bandeiras estampadas com a cruz suástica?

- (A) Sim, mas se trata de crime que se processa mediante ação pública condicionada à representação do ofendido.
- (B) Não, em atenção ao princípio constitucional da liberdade de expressão.
- (C) Sim, se trata de crime que se processa mediante ação privada.
- (D) Sim, desde que fabricada com o fim de divulgar o nazismo.
- (E) Sim, desde que sem prévia autorização da autoridade competente.

- 72.** O crime de tortura (Lei nº 9.455/97) tem pena aumentada de um sexto até um terço se for praticado
- (A) ininterruptamente, por período superior a 24 h.
 - (B) em concurso de pessoas.
 - (C) por motivos políticos.
 - (D) contra mulher.
 - (E) por agente público.
- 73.** No que concerne ao crime de “corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la” (corrupção de menores, art. 244-B da Lei nº 8.069/90),
- (A) as penas são diminuídas de 1/3, no caso de infração cometida ou induzida em se tratando de contravenção penal.
 - (B) há entendimento jurisprudencial sumulado por Tribunal Superior no sentido de que se trata de crime formal.
 - (C) por disposição legal não se configura se o menor, antes do contato com o agente, já era dado à prática de crimes.
 - (D) as penas são aumentadas de 1/3, no caso de a infração, para a qual o menor foi cooptado, ser cometida com violência ou grave ameaça.
 - (E) as penas são aumentadas de 2/3, no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol dos crimes hediondos.
- 74.** O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) prevê um tipo especial de omissão de socorro, contra vítimas maiores de 60 anos. Em relação à omissão de socorro do art. 135 do CP, o art. 97 do Estatuto do Idoso
- (A) tem pena privativa de liberdade máxima igual à prevista pelo CP.
 - (B) tem pena privativa de liberdade mínima dobrada em relação ao CP.
 - (C) não apresenta qualquer alteração no que concerne às penas cominadas.
 - (D) inova ao, obrigatoriamente, cumular pena privativa de liberdade com pena de multa.
 - (E) comina pena triplicada em caso de morte, sendo mais rígido que o CP nesse aspecto, que apenas a duplica.
- 75.** O crime de “obter, mediante fraude, financiamento em instituição financeira” (art. 19 da Lei nº 7.492/86) tem pena aumentada de 1/3 se cometido
- (A) em momento de grave recessão.
 - (B) por agente público.
 - (C) em detrimento de instituição financeira oficial.
 - (D) com intuito de causar risco sistêmico.
 - (E) por intermédio de pessoa jurídica.
- 76.** Assinale a alternativa correta no tocante à Lei nº 9.503/97 (CTB).
- (A) A conduta de dirigir veículo automotor em via pública, sem a devida permissão para dirigir ou habilitação, configura crime (art. 309), gerando ou não perigo de dano.
 - (B) A única possibilidade de configuração do crime de embriaguez ao volante (art. 306) é por meio da constatação de concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue, ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.
 - (C) Mesmo sem resultar dano potencial à incolumidade pública ou privada, é crime (art. 308) participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente (“racha”).
 - (D) O condenado por lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (art. 303), além da pena privativa de liberdade sujeitar-se-á, obrigatoriamente, à pena criminal de suspensão ou proibição de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
 - (E) É crime (art. 311) trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, gerando perigo de dano.
- 77.** Aquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, pratica
- (A) contravenção penal.
 - (B) crime equiparado ao uso de drogas.
 - (C) crime, mas que não está sujeito à pena privativa de liberdade.
 - (D) crime de menor potencial ofensivo.
 - (E) conduta atípica.

78. É típica a conduta de matar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. E, por expressa disposição no próprio artigo de lei (art. 29 da Lei nº 9.605/98),

- (A) não se configura crime com relação aos atos de pesca.
- (B) tem pena dobrada, se praticada por agente público.
- (C) tem pena aumentada de 1/3, se utilizado explosivo ou método cruel.
- (D) apenas configura crime em relação a espécies raras ou consideradas ameaçadas de extinção.
- (E) não é punida, se comprovado o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.

79. No que concerne ao crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, da Lei nº 9.613/98,

- (A) só se configura após o trânsito em julgado da condenação pelo crime que gerou o recurso ilícito (crime antecedente).
- (B) a pena será aumentada se o crime for cometido de forma reiterada.
- (C) admite-se a responsabilização criminal penal da pessoa jurídica.
- (D) pune-se a tentativa com a mesma pena do crime consumado.
- (E) a colaboração espontânea do coautor ou partícipe, ainda que efetiva e frutífera, não lhe reduzirá pena.

80. De acordo com a Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), configura crime realizar clonagem humana

- (A) mas não configura crime, contudo, praticar engenharia genética em zigoto humano.
- (B) e praticar qualquer forma de descarte de OGM.
- (C) e praticar engenharia genética em célula germinal humana.
- (D) mas não configura crime, contudo, praticar engenharia genética em embrião humano.
- (E) e em qualquer ser vivo animal.

